



SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

NEEI – Núcleo de Estudos de Educação Infantil



O Núcleo de Estudos da Educação Infantil (NEEI) do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), realizou uma reunião virtual, no dia 29 de maio de 2020, para debater sobre as angústias, perspectivas e condições necessárias quanto a possibilidade de retorno às atividades escolares (após os meses de isolamento social devido a Covid-19) de forma segura e acolhedora para as crianças, para as famílias e para os profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que, até o presente momento, não houve diálogo da prefeitura com a categoria dos profissionais da educação para discutir protocolos de segurança e condições favoráveis para o retorno das atividades, bem como um plano gradual de acolhimento das crianças e das famílias. Entretanto, no dia 01 de junho de 2020 a prefeitura divulgou um Plano de Reestruturação da Cidade do Rio de Janeiro em Função dos Impactos da Pandemia da Covid-19 que aponta a reabertura (com restrições) das creches na fase 3 (prevista para início de julho) e das pré-escolas na fase 4 (prevista para meados de julho).

O NEEI compreende que vive-se um momento incomum e que este Plano de Retomada, bem como a construção de um protocolo sanitário para garantir a segurança da comunidade escolar, precisaria ser elaborado a partir de uma discussão ampla, envolvendo os sindicatos da educação, os fóruns de educação infantil, a comunidade escolar, o Ministério Público, o Conselho Municipal de Educação e os órgãos científicos. Assim, diante do impacto que a volta das atividades escolares poderá causar na cidade como um todo e no desafio em que nos é posto pensar nesse retorno, o NEEI vem se posicionar contrário quanto a proposta prematura de retorno das atividades escolares sinalizada pelo Plano de Retomada da Prefeitura do Rio de Janeiro, neste momento de expansão da pandemia.

De acordo com dados científicos do Grupo de Trabalho Multidisciplinar da UFRJ sobre a Coronavirus Disease 19 (COVID-19), a taxa de letalidade continua bastante alta na cidade do Rio de Janeiro e ainda não se atingiu o pico da pandemia. Esses dados levam os cientistas a concluírem que o momento atual necessita de medidas de isolamento mais rígidas, como o *lockdown*, para evitar novas contaminações, preservar vidas e evitar o colapso do sistema de saúde. Em contrapartida, a cidade do Rio de Janeiro apresenta um Plano de Retomada no momento em que atinge recorde de novos casos de contaminação e de mortes, permanecendo como epicentro da pandemia no estado.



SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

NEEI – Núcleo de Estudos de Educação Infantil



No documento elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), *Critérios de saúde pública para ajustar medidas de saúde pública e social no contexto do COVID-19*, é citado como um dos parâmetros de análise para medidas de reabertura reconhecer se a pandemia está ou não controlada. E considerando, que as políticas públicas devem garantir às crianças direitos fundamentais como: a proteção à vida e à saúde (ECA, art. 7º), é consenso de que a volta só poderá se realizar efetivamente quando os dados apresentados pelas organizações de saúde pública do Estado, baseados em conceitos técnicos e científicos, demonstrarem que há de fato um controle sobre a doença.

Para refletir sobre o momento atual, e tendo em vista que as crianças são sujeitos históricos e de direitos, é fundamental destacar as especificidades da educação das crianças de 0 a 5 anos de idade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estipulam as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da prática pedagógica na Educação Infantil. Por meio desses dois eixos, as crianças aprendem de forma significativa, ampliam seus conhecimentos e entendem o mundo a sua volta. Sendo assim, pensar em um espaço que proporcione às crianças a possibilidade de desenvolvimento integral requer garantir que elas tenham acesso à brinquedos, objetos, pessoas, espaços e natureza; tenham possibilidade de realizar movimentos amplos e brincadeiras espontâneas, tenham direito ao toque e expressão dos seus afetos, tenham liberdade de brincar, conhecer, participar, explorar, modificar, reorganizar, movimentar, experimentar, descobrir, compartilhar, conviver e expressar. É preciso assegurar que as crianças pequenas tenham esses direitos garantidos, em um ambiente acolhedor, seguro e estimulante, apesar do quadro atual que exige protocolos sanitário e de distanciamento, pois o NEEI compreende que os espaços educacionais não são, tampouco podem tornar-se, lugar de controle dos corpos infantis.

De acordo com os cientistas, até que se tenha vacina disponível à toda população, teremos que lidar com protocolos sanitários e novos hábitos de relacionamento que não ofereçam riscos de contágio. Portanto, para um atendimento de qualidade é necessário a diminuição significativa do número de crianças por adulto em cada turma, bem como, garantir um profissional de apoio especializado para cada criança com deficiência.

Pensando no melhor acolhimento da criança, avaliamos que o retorno da creche e pré-escola precisa ser gradual. O cuidar e o educar de bebês e crianças pequenas demandam dos



SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

NEEI – Núcleo de Estudos de Educação Infantil



profissionais um contato físico de muita proximidade em todos os momentos do dia como, por exemplo, pegar no colo, auxiliar na alimentação, asseio, higiene, etc. Além disso, a sesta é uma das especificidades da Educação Infantil que deve ser ajustada aos protocolos de segurança, aumentando-se o distanciamento entre os colchonetes. Portanto, o NEEI reforça a necessidade de redução do quantitativo de crianças, redução também do horário de permanência das crianças, fornecimento de material de limpeza e higiene, além de, Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para os docentes e discentes, e capacitação de todos os profissionais sobre os protocolos de segurança e higiene.

É preciso também que haja um canal aberto de comunicação para que as famílias decidam se é o momento de seus filhos retornarem à escola esse ano. Caso elas não se sintam seguras e prefiram estar com as crianças em casa, que isso não seja considerado evasão escolar e que elas tenham garantido o direito de preservação das suas matrículas para o ano seguinte.

Por fim, diante do exposto, o NEEI defende que a Educação Infantil deve ser o último segmento da educação a retornar às suas atividades presenciais, após a confirmação de indicativos de controle da pandemia. E entende que deve haver uma preocupação com a saúde mental e física dos profissionais que também precisam ser acolhidos, tendo em vista a pressão psicológica que esta nova realidade impõe por si só, além da vulnerabilidade de muitos que fazem parte do grupo de risco.